



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 5/2015

SESSÃO ORDINÁRIA

16 DE DEZEMBRO DE 2015

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: Mónica Serras

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, na Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 2. PDM – ponto da situação;**
- 3. Participação variável IRS – 2016;**
- 4. Taxa Municipal de Direitos de passagem para 2016;**
- 5. Derrama a aplicar em 2016 referente ao ano económico de 2015;**
- 6. Proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016;**
- 7. Mapa de Pessoal para 2016;**
- 8. 3ª Revisão Orçamental e das Grandes Opções do Plano;**
- 9. Proposta para o Modelo de Organização Interna;**
- 10. Empréstimo a curto prazo a contratar em 2016;**
- 11. Informação sobre a situação Económica e Financeira Semestral – 2015;**
- 12. Acordos de Execução com a Junta de Freguesia;**
- 13. Compromissos plurianuais;**

Período de Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Luis Manuel da Conceição Grácio, Joaquim António Lopes Serras, Paulo Jorge Falcão Lourenço, Anacleto da Silva Batista, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Pedro Miguel Matos Carreira, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Miguel Afonso Catalão Alves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Mónica Sofia Jorge Serras, Francisco José Soares Lopes, Duarte Jorge da Silva Pedro, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina, Vítor Lopes Pires, Francisco da Silva António. -----

Estiveram presentes os Senhores, Vice-Presidente da Câmara e Vereadores, Pedro Rosa, Fernando Vasco, Pedro Duque e Rui Serras. -----

Ata nro. 5

Realizada no dia 16-12-2015

Sessão Ordinária

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão referindo que o Voto de Louvor aprovado na última Assembleia Municipal foi distribuído às Associações que participaram e pelo que sabe, o feed back foi positivo. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Duarte Pedro, questionando sobre o ponto de situação do Hotel de Charme. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, começando por desejar as boas festas a todos.-----

Fez referência à documentação enviada, tendo verificado a falta de algumas informações, nomeadamente as deliberações da Câmara e, se se quiser levar as coisas à risca, há assuntos que não estão em condições de serem discutidos, além de que existe um documento que não está completo, ainda que fosse só para tomada de conhecimento. -----

Referiu ainda ter tido conhecimento que a Casa Falcão encerrou ou está em vias de encerrar nos dias seguintes, a qual tem um carisma especial, fez e fará parte da cultura sardoalense, querendo deixar registado o facto de ter sido um estabelecimento importante para a vida do concelho em que, durante muitos anos, foi o único ponto que as pessoas tinham para adquirir alguns produtos que não estavam acessíveis noutros estabelecimentos. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que, relativamente aos documentos, o que aconteceu foi idêntico ao sucedido em outras reuniões, para se tentar que os documentos cheguem o mais rápido possível, muitos deles não são enviados com a deliberação da reunião de Câmara e, sempre que se faz a votação, tem o cuidado de dizer qual foi a deliberação da reunião de Câmara. Por serem tantos documentos, tentou que os mesmos chegassem o mais rápido possível aos senhores deputados e por isso é que foram sem a deliberação. Em relação aos documentos que estavam incompletos, encontram-se a ser distribuídos, mas, dado que alguns deputados receberam os mesmos, devendo trata-se de uma questão informática, ao que Senhor Presidente da Câmara referiu encontrar-se em condições de proceder à projeção dos mesmos. -----

Disse também o Senhor Presidente da Câmara que, se os documentos chegam à Assembleia é porque são aprovados em reunião de Câmara, caso contrário, não seriam ali analisados. No que concerne ao sentido de voto não constar nos documentos, pediu desculpa, mas a Autarquia encontra-se num processo de alteração dos procedimentos administrativos, de gestão documental e como se pode

verificar, alguns documentos já têm assinatura digital sendo verdade que neste processo há coisas que têm estado a falhar, esta é uma delas e o que pede é que, assim que os senhores deputados deem por isso, façam chegar essa informação e rapidamente se fará chegar os documentos em correção. -----

Tomou a palavra o senhor deputado Francisco António, demonstrando a sua enorme satisfação pela atribuição ao Município de Sardoal, do Galardão da Autarquia Mais Familiarmente Responsável, desta vez não foi o Senhor Presidente que ganhou o prémio, mas sim todo o município. -----

Continuou referindo o trabalho altamente positivo e justamente reconhecido que tem sido desenvolvido a nível social pela Autarquia local e respetivos subordinados começa também a servir agora, com toda a justiça, como exemplo, a nível nacional, por isso a sua opinião em ser justo e enviar os seus sinceros parabéns a todos os envolvidos pelo excelente trabalho particularmente desenvolvido nesta vertente mas também por todo o trabalho que está a ser desenvolvido e claramente, está a produzir excelentes frutos. -----

Fez referência ainda, ao facto de a Loja do Cidadão ser uma realidade muito brevemente, tal como foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara a uma rádio local e partilhado nas redes sociais, a entrada em funcionamento de mais este serviço público de proximidade, que vem proporcionar às pessoas do concelho de Sardoal um mais fácil acesso aos meios de resolução de muitos problemas com os quais no dia-a-dia as pessoas são confrontados. Como é sabido o que vai ali ser instalado na Loja do Cidadão, nomeadamente a Segurança Social, Autoridade Tributaria, Instituto de Formação Profissional, o Espaço do Cidadão, um espaço multisserviços, o Arquivo Municipal Histórico, o Espaço Empreende, entre outros. O facto de estes serviços começarem a funcionar naquele espaço é, para si, motivo de regozijo e, para além de ser uma grande mais-valia para o concelho, a obra representa também e mais uma vez, o grande esforço e criatividade do executivo municipal no sentido de ir aos poucos, encontrando soluções para os problemas do concelho. Sabendo-se que o executivo não faz mais do que a sua obrigação, pois para isso foi eleito, mas é de toda a justiça que publicamente se aplauda o seu trabalho, deixando registado também, os seus agradecimentos, estimulando e incentivando a continuar com o projeto no sentido de melhorar consideravelmente a qualidade de vida das pessoas de todo o concelho de Sardoal. É o que se espera deste Executivo. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, começando por responder à questão do deputado Duarte Pedro, dizendo que a determinada altura, o investidor da Casa Grande mencionou o facto de que a Biblioteca também fazia parte do edifício e teria de ficar também para o hotel, ao que o Senhor

Presidente respondeu não ter local onde colocar a Biblioteca, tendo o investidor sugerido que a Câmara “arranjasse” o espaço e a empresa faria a recuperação do mesmo para instalação da nova biblioteca e pensou-se logo no antigo colégio. A proposta foi apresentada ao dono da empresa, o qual aceitou. -----
Contudo, há um problema, dado que existe um protocolo, tendo havido fundos comunitários, para que a Biblioteca fosse instalada no local onde está, que pressupunha autorização da Direção Geral das Bibliotecas, Livros e do Arquivo. Deu-se início ao processo, tendo solicitado uma reunião ao diretor da Direção Geral das Bibliotecas, porque sem o seu parecer, nada poderia ser feito, depois de uma primeira reunião e da apresentação de um dossier daquilo que a Biblioteca é neste momento e aquilo que o Concelho iria ganhar ao mudar a Biblioteca, não só porque se vai recuperar mais um edifício municipal, que está em avançado estado de degradação, ao mesmo tempo está a melhorar-se a Biblioteca, porque na verdade, o equipamento onde está, numa antiga casa de habitação, não reúne as melhores condições para o fim a que se destina. Ficou de se agendar uma visita ao Sardoal para que se percebesse a vantagem que havia em mudar a Biblioteca. -----

Entretanto mudou o Diretor Geral das Direção Geral das Bibliotecas, no mês de setembro, tendo sido pedida uma nova reunião ao novo diretor, foram apresentadas novamente as propostas e argumentos, tendo ficado de se agendar uma visita, a qual aconteceu há um mês atrás, com a presença de dois técnicos e, como também se queria, que fosse visto o arquivo histórico municipal que vai funcionar na Loja do Cidadão e, também que fosse dado apoio nesse sentido, esteve presente também o arquiteto da Direção Geral do Património, que visitaram as instalações da atual Biblioteca e o edifício que se quer que seja a futura. Há cerca de duas semanas recebeu-se o relatório da Direção Geral do Património, que é positivo, para a mudança da Biblioteca. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que na próxima sessão da Assembleia Municipal iria ser presente uma adenda ao protocolo, que já foi assinado, com o investidor, na qual está contemplada a proposta de se ceder também a parte do edifício onde esta instalada a biblioteca, com o compromisso de recuperação do edifício do antigo colégio para ali ser colocada a nova biblioteca. Referiu existirem vários pontos, que para a Câmara são importantes, nomeadamente que durante período algum, ou num período mínimo de dias, o Sardoal poderá ficar sem biblioteca o que pressupõe que estas obras sejam realizadas se não primeiro, pelo menos ao mesmo tempo que as do hotel e também que o projeto seja acompanhado pelos técnicos da Direção Geral das Bibliotecas e dos Livros. -----

Disse ser este o ponto da situação, um feliz atraso. Claro que a partir do momento em que surge esta hipótese excelente para a Câmara e pensa que é unânime, dado que existe a hipótese de se poder recuperar dois edifícios municipais a custo zero para o município, se não for zero, é próximo disso. Estas são as razões da dilatação do prazo. -----

O Senhor Presidente da Câmara aproveitou ainda para agradecer as palavras do senhor deputado Francisco António, referindo que o Sardoal, passou a fazer parte do grupo dos municípios considerados os mais familiarmente responsáveis, modéstia à parte, já se considerava que o fosse, porque tudo se fez para que o concelho o fosse e agora teve-se esse reconhecimento. -----

No que concerne à Loja do Cidadão é uma realidade, referindo que a data marcada para abertura ao público, será o dia 1 de fevereiro de 2016, com todos os serviços. A obra está pronta, estão a ser feitas pequenas afinações, de luzes, alarmes e de algum mobiliário que está a ser colocado no sítio. O que falta é, cada uma das entidades que se vai instalar na Loja do Cidadão, tratar do seu processo, para fazer a passagem para aquele espaço, tendo sido dada a data de 1 de fevereiro para que pudessem estar todos confortáveis com tempo para estas mudanças. -----

Ordem do Dia

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que em termos de situação financeira a dívida continua a diminuir, algo que acontece de alguns anos a esta parte. -----

A atividade da Autarquia tem sido imensa, como se pode verificar, o que o executivo disse que iria fazer, está a cumprir e tem tido muito, muito trabalho. O que se tem trazido a sessão de Assembleia Municipal, em termos de informação do Presidente, é de muito trabalho, de uma equipa que tem trabalhado muito, equipa esta que engloba os funcionários e todos com quem a Autarquia interage, parceiros, entidades. -----

Salientou o trabalho de acessória técnica que se tem vindo a desenvolver com a empresa Smart Vision, um estudo da macro estrutura da Câmara Municipal, com vista à sua reestruturação e mais à frente ter-se-á fruto desse trabalho, também o diagnóstico e definição desse novo modelo de desmaterialização e gestão de processos do município, também já se teve reflexo desse trabalho, pela falta dos documentos, que não chegaram aos deputados, que é fruto desse trabalho que tem de ser afinado e, também a desmaterialização de processos de gestão de obras particulares, que são também um passo

importante na modernização administrativa. Referiu serem investimentos de cerca de 200 mil euros, que têm sido feitos nesta área, ao longo dos últimos 2, 3 anos. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2. PDM – ponto da situação;

O Senhor Presidente da Câmara deu início a uma apresentação em power point do ponto da situação do PDM do concelho, pois na sua opinião, é importante que os sardoalenses e os munícipes saibam, que a partir de agora é um período em que devem estar atentos e que é importante que deem os seus contributos para aquilo que é o PDM do concelho. -----

Referiu ser um documento muito simples, dois arquitetos estiveram a trabalhar com a autarquia no PDM e puderam responder a todas as pessoas que estiveram presentes na sessão de esclarecimentos e que apresentaram as suas dúvidas. -----

Este é o ponto de partida para aquilo que se quer que seja uma discussão alargada, com várias vertentes, várias áreas. O que é importante é que este documento é fundamental para o desenvolvimento do concelho, é um documento que se quer que seja discutido, analisado por todos e que ninguém, venha dizer, a seguir, que queria ter dado a sua opinião e não teve oportunidade de o fazer. Aquilo que já foi uma outra fase também anterior a esta revisão do PDM, há alguns anos atrás, em que houve uma fase de discussão e de solicitação de contributos, sabendo que nessa altura, não houve um único contributo, sendo importante que o mesmo não aconteça. Há situações em que as pessoas precisam de ver os seus problemas pessoais resolvidos, há injustiças causadas por este PDM que neste momento está em vigor, é normal, porque foi um PDM feito com a urgência em dar resposta a um quadro comunitário que estava a chegar e que sem o PDM os municípios não podiam concorrer ao primeiro quadro comunitário, daí ter sido feito com algumas questões que não estão corretas. -----

De qualquer das formas, neste momento, os instrumentos que se tem para se fazer este PDM são em muito, diferentes dos que havia para o PDM que está em vigor. -----

O Senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos diapositivos, prestando informações sobre os mesmos. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado José Esteves referindo concordar em termos gerais com o que foi elaborado neste plano, querendo esclarecer uma situação, dado que tinha apreendido que estava diretamente relacionado o plano de implementação ou de aumento da área de construção, com a evolução da população e, tem ideia que o Senhor Presidente disse que, à exceção do Litoral, o resto

está em regressão. Na sua opinião deveria fazer-se o contrário, já que, a evolução normal é que a maioria da população e nesta altura, 80% da população está a 40 quilómetros da costa, deveria regressar-se, ou seja, estimular para que se possa construir nas zonas interiores, para tentar que se fixe, ou que alguns dos munícipes se possam fixar no Sardoal. Ou seja, se se vai continuar a limitar a construção ou a fixação das pessoas, com a base de que a evolução é as pessoas continuarem a fixar-se no litoral, está a ir-se no ciclo e, na sua opinião, deve andar-se em contra ciclo. O importante é que se estimulem as pessoas a fixar-se no concelho e, na sua opinião, associado à fixação de empresas, de pequeno empreendedorismo, está também a fixação das pessoas e se esta fixação não for facilitada no interior, elas obrigatoriamente, também não vão investir nesta região. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo que o Senhor deputado tem toda a razão, no entanto, a área urbano do concelho de Sardoal não está esgotada, o que terá de ser analisado é o porquê de não se ter feito algo, na parte que não está esgotada, eventualmente porque os proprietários nunca tiveram vontade de, mas se calhar existem outros que têm essa vontade. O que disse é que, não se aumenta, mas pode-se movimentar, alterar e, esta é a análise que tem de se fazer com esta revisão do PDM. Também é importante que se diga que este documento é muito mais importante, do que só a área de construção, por isso ele é revisto de dez em dez anos e o que se quer, é que se tenha um conjunto de estratégias, que o executivo acha serem as melhores, para captar investimento e pessoas para o Sardoal. Como referiu, nesta fase, é provável que não dê para construir, de imediato para todos, mas há áreas de construção que não estão a ser utilizadas há muitos anos e que nada se fez, mas o que é também importante, é que as casas que estão em ruínas, possam ser recuperadas e estas estão em solo urbano, isso é que é importante e, daqui a dez anos, é claro que o PDM, nos seus estudos de caracterização, apontam para um aumento da população e assim, ter-se-á de enquadrar toda esta estratégia, com uma projeção de aumento da população. O que o executivo vai fazer é racionalizar aquilo que neste momento é área urbana, ou área urbanizável ou de construção, e perceber porque é que nada foi ali feito e se calhar terá de ser trocada, terá de se criar novos espaços, não aumentado, mas substituindo aqueles que já existem. É também por aqui que vai passar a estratégia, o que não quer dizer que não possa haver aumentos daquilo que é, passando a expressão, algumas aberrações e limitações feitas no PDM que hoje está em vigor. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, concordando ser nas estratégias que está de facto o cerne das partes mais importantes de todo o documento e, é nesta parte que acha importante haver

discussão, qual a estratégia a adotar, que tipo de município é que se quer que o Sardoal seja, não agora, mas daqui a quinze, vinte anos, ou basicamente, que caminho é que se quer trilhar, qual é o objetivo que se quer atingir e espera que essa discussão aconteça e que tenha oportunidade de dar o seu contributo esperando ter acesso à aplicação SIG. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras dizendo ser importante que se faça a revisão do PDM, pois o primeiro demorou muito tempo em relação ao que era previsto, não devendo ser muito restritivo, para permitir que as pessoas se fixem, pois conhece pessoas que se fixaram fora do Sardoal, porque o PDM existente não permitiu que aqui o fizessem nos últimos anos, mas no tempo em que efetivamente se construía muitas casas e se vendia muitas casas, essas situações aconteceram, esperando que o futuro PDM não seja muito restritivo neste aspeto, contudo também não pode ser tão aberto, pois a legislação não o permite. Apelou ainda a que em termos de *timing* de conclusão não se esteja à espera muito tempo. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo haver restrições às quais não se pode fugir por força da Lei e daquilo que é a análise nacional ao concelho, aquilo que são as decisões nacionais para este território. Em termos de timing, o seu limite é quando ele estiver bem feito, bem discutido por todos, no entanto o executivo quer terminá-lo neste mandato, mas não depende só do executivo, mas depende mais, do conjunto de entidades que fazem parte do Conselho Consultivo. E porque se fala em timings, chamou à atenção para os municípios que têm os Planos publicados, na área da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, em 30 de outubro de 2015, infelizmente o Sardoal está como a maioria dos municípios da NUT III, gostaria que estivesse mais à frente, mas tudo será feito para que se tenha um bom Plano Diretor Municipal, no mais curto espaço de tempo. -----

Informou ainda haver períodos formais de discussão pública, há períodos em que o ante projeto do PDM estará em pré publicação na página da internet e em que será pedido para as pessoas darem os seus contributos, mas a Câmara quer que o façam a partir do dia anterior, data em que foi realizada uma discussão pública, no qual vários munícipes apresentaram à empresa, que está com a Autarquia a trabalhar na revisão do PDM, aquilo que eram os seus problemas. O ponto de partida do dia anterior, serviu também para publicitar este período que está aberto, o período de discussão pública, até à avaliação final em Conselho Consultivo do Plano Diretor. -----

Interveio o Senhor deputado Francisco António dizendo que irá sempre defender a área de reabilitação rural, todos os enquadramentos que houver e já se sabe da restrição imposta pelas normas de uma

REN e de uma RAN, que a nível de aldeias, construções novas não é possível, também se sabe que a REN irá sofrer alterações que provavelmente não irá melhorar em nada esta parte ou virão com restrições ainda maiores, portanto o que resta é tentar investir ou pelo menos tentar incluir neste documento a tal área de reabilitação rural, para que se possa fazer, o que o Senhor Presidente tinha referido, a reabilitação das casas que estão a cair, muitas das pessoas nesta altura, se houvesse incentivo, passá-las-iam, porque sabe-se que há quem queira comprar e reconstruir. -----

Na sua opinião e o que irá sempre defender sempre em todas as reuniões que estiver presente, é de facto, um PDM no concelho de Sardoal, que não inclua um forte processo, uma forte doutrina, sobre a área de reabilitação rural, na sua opinião, pouco irá modificar a área rural, modificará a nível urbano, isso já se sabe, os requisitos estão disponíveis, já se está a trabalhar neles, alguns já existem, outros vão existir muito em breve. -----

Referiu não fazer ideia deste documento, sobre a sua complexidade, a sua grandeza e será um grande trabalho do município, pô-lo em ordem, em tempo útil, o mais depressa possível, pois são tantas as restrições, são tantos os organismos cujos regulamentos tem de se obedecer, mais esta complexidade da REN e da RAN, que é muito complicada, o que vai obrigar a que o município faça uma ginástica quase do outro mundo, para conseguir em tempo útil, ter presente este documento para aprovação na Assembleia Municipal, esperando que este trabalho seja concluído dentro deste mandato. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3. Participação variável IRS – 2016;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo tratar-se de manter os valores que têm vindo a ser praticados nos últimos anos, é algo que não tem impacto nos contribuintes com rendimentos mais baixos, o impacto a ter é sim nos rendimentos mais elevados, não sendo expressivo individualmente, daí a proposta do executivo de manter o que tem sido feito nos últimos anos. -----

Considerando o ponto nro.1 do artigo 26º da Lei nro. 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade fixar a taxa de participação variável no IRS de 5%, para os rendimentos do ano de 2016, com dezanove votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

4. Taxa Municipal de Direitos de passagem para 2016;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo ser o mesmo em relação aos anos anteriores, em que esta taxa a ser aplicada pelo município seria imputada ao consumidor, por isso também não é uma receita com grande expressividade para o município, daí a proposta para que não se aplique esta taxa. -----

Considerando o nro.2 do artigo 106º, da Lei nro. 5/ 2004, de 10 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, não aplicar a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2016. Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

5. Derrama a aplicar em 2016 referente ao ano económico de 2015;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que o objetivo é o mesmo, a proposta também, mas este ano está melhorada, em relação aos anos anteriores, na sua opinião vem clara, naquilo que era a vontade e, muito bem, do senhor deputado Adérito, que tem tido muita razão, no texto que não era claro. -----

Considerando a alínea d) do nro.1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aplicar a taxa de derrama de 1,5% para empresas com volume de negócios superior a 150 000 euros e, não aplicar qualquer derrama para empresas que têm um volume de negócios inferior ou igual a 150 000 euros, por querer incentivar e apoiar a instalação de pequenas e médias empresas no concelho e, pelo facto de a percentagem mínima da taxa reduzida ser de 0,1%. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

6. Proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ser um documento que espelha o que o executivo pretende, os objetivos para o próximo ano, tendo alguns aspetos, que para o executivo, são muito importantes, que são as ideias da Câmara, espelhadas no relatório, no plano de atividades. -----

Como todos sabem, aquilo que tem sido uma luta e um desafio pessoal, há mais de cinco anos, a requalificação do Parque Escolar, encontra-se no documento e vai ser uma realidade. Neste momento está a decorrer o processo para adjudicação do projeto de arquitetura, por isso, no próximo ano, este

orçamento tem uma parte que é dividida para o ano de 2016 e 2017, prevê-se o início das obras em 2016 e a sua conclusão em 2017. -----

Referiu existir um conjunto de investimentos, um conjunto de atividades que pressupõe investimentos e melhorias, que estão definidas por uma lógica diferente deste quadro comunitário de apoio. -----

Os chamados Investimentos Territoriais Integrados, as ITI's, que são decisão, pode dizer-se assim, das Comunidades Intermunicipais, ou seja, aquilo que era decisão, só das Comissões Coordenadoras regionais e, como já disse, a do Sardoal, para os fundos comunitários é a do Centro, passaram uma parte desta responsabilidade da decisão para as Comunidades Intermunicipais, ou seja, existe um conjunto de áreas que passa a ser da responsabilidade dos municípios e, para cada uma das áreas, terão um valor para aplicar no território, como os municípios bem entenderem. Houve uma primeira discussão em sede de Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, na qual, tendo-se olhado para a realidade dos treze municípios, tentou verificar-se onde havia as assimetrias que eram necessárias corrigir, para os investimentos que este Quadro Comunitário irá permitir e assim foi, na área da educação, que era considerada uma prioridade negativa, ou seja, estava-se a partir de negociações com a Europa em que, para o Parque Escolar não haveria mais financiamento, mas mesmo assim, o governo conseguiu que alguma verba existisse para financiar o parque escolar e que dessa verba, em sede de ITI, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, esteja contemplado um valor total, com financiamento de componente nacional e financiamento comunitário, de 3. 7 milhões de euros para a requalificação do Parque Escolar. -----

Referiu ainda que, dentro da mesma estratégia, programas de combate ao abandono e insucesso escolar, o uso eficiente dos recursos energéticos é também muito importante e, refere-se à eficiência energética, à utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente na piscina municipal, no bairro da tapada da torre, que ainda não teve uma intervenção estrutural de fundo, mas tem sofrido pequenas intervenções, alguns arranjos pontuais. A Câmara tem dado resposta àquilo que são os problemas pessoais de cada um dos moradores *per si*, mas esta intervenção é importante, dentro daquilo que é o POSEUR, do uso eficiente dos recursos energéticos, havendo precisamente uma linha de financiamento para recuperação, no âmbito da eficiência energética para bairros sociais, fazendo também parte da prioridade da Autarquia, assim como a iluminação pública, a qual é um compromisso que o governo português tem, para, com a europa, reduzir os gastos e o consumo da mesma e a Câmara irá contribuir para aquilo que é o compromisso do governo com a Comunidade

Europeia, para que se possa ter um planeta em que se possa viver, principalmente no futuro, filhos e netos. -----

Continuou, referindo-se ao Ciclo Urbano da Água, o que já se está a trabalhar é precisamente no cadastro das infraestruturas, preparando o que se quer ter e aquilo que foi assumido como compromisso com os munícipes, que é a requalificação de algumas estradas, de alguns caminhos que estão bastante degradados, nomeadamente em Casos Novos, Panascos, Valhascos, Cabeça das Mós, Santiago de Montalegre, Vale da Amarela, Entrevinhas, se bem que, o que se vai fazer, a estratégia passa por não utilizar os fundos comunitários, estes, serão utilizados numa primeira fase para o cadastro das infraestruturas. O que a Câmara propõe para avançar com estas obras, que são fundamentais e como bem sabem, todos os presentes, é algo que se anda a tentar há muito tempo e que já estiveram aprovados mas depois da sua aprovação não houve financiamento, não houve cabimentação orçamental em termos de CCDR e então ficou-se abaixo da linha da água. O que se vai fazer é o seguinte, a Câmara tem capacidade de endividamento, no final do próximo ano, de cerca de um milhão de euros e o que se vai utilizar é o que se utilizava, à moda antiga, antes de haver fundos comunitários, é essa capacidade de endividamento, contrair um empréstimo bancário, para fazer obra e far-se-á porque se tem essa capacidade de endividamento e ter-se-á capacidade de pagar o empréstimo bancário. É bom que a Câmara se endivide quando é para bem dos munícipes e dos equipamentos e, não é mal nenhum e está a fazer-se com toda a consciência e com a consciência que se tem capacidade para o fazer e, ter-se-á também capacidade de honrar os compromissos, ou seja, de fazer o que se propõe sem que se comprometa tudo o que é a atividade normal, o que tem sido a restante atividade do município. Disse existir uma vantagem, para pavimentação dificilmente ou não abrirá concurso em termos de candidatura, mas para o ciclo urbano da água sim, acredita-se que brevemente haverá, para as condutas e, o que acontece é que, algum desse trabalho não está feito já, porque ao pôr a pavimentação, obriga a que tenha de se substituir as condutas, porque derivado aos anos que têm, com os trabalhos e com o colocar da pavimentação, as mesmas seriam destruídas, por isso, o trabalho da pavimentação, o trabalho dentro da mobilidade territorial não pode ser feito sem que se tenha esta substituição das condutas. Assim, existe uma vantagem, quando surgirem os fundos comunitários e assim que a Câmara possa candidatar-se ao concurso do ciclo urbano da água, para as condutas, ter-se-á já obra feita e ao ter-se obra feita, tem-se obra executada e passa-se logo à frente daqueles que não têm obra executada e aquilo que é investimento, aquilo que é o empréstimo bancário

que se vai contrair, tendo a Câmara depois, hipótese de financiamento através deste concurso comunitário para que possa haver um retorno económico para que se possa depois, mais folgadoamente pagar este empréstimo e partir para outro, porque o que se vai fazer, é dividir este trabalho em todo o concelho, incluindo Entrevinhas, tem de se dividir pelos dois anos, este é o objetivo que está no Planeamento Plurianual. -----

Na área da Cultura, o Centro Cultural tem sido uma referência em termos regionais e quer-se que assim continue e irá continuar-se a apostar naquilo que é o segundo Sardoal Jazz, que foi um sucesso, referiu também Sardoal ao Piano, com um protocolo que julga que possa vir a ser assinado muito brevemente com uma academia de musica, de um professor Italiano, consagrado, de pianistas internacionais, que faz trabalhos em Coimbra, vindo pianistas de diversos pontos do mundo em que trabalham em Coimbra com este professor e ao mesmo tempo estão a fazer os seus doutoramentos musicais, na universidade de Coimbra. -----

Continuou, dizendo que irá decorrer no próximo mês de janeiro, um workshop, um concurso internacional de vários pianistas e um dos concertos dos Laureados vai ser feito no Centro Cultural Gil Vicente, no dia 26, serão dois concertos, um em Coimbra e outro no Sardoal. Há bem pouco tempo o Sardoal recebeu uma pianista fantástica que veio também, já naquilo que era, a hipótese de protocolo com esta academia. A Câmara acredita que estrategicamente o Sardoal possa vir a ser uma referência também na área cultural. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que não se está a falar só de música, mas de desenvolvimento económico, porque com todos estes músicos e pianistas, vem muita gente assistir, são pessoas que comem nos restaurantes do Sardoal, provam produtos existentes no Espaço Cá da Terra, que vão aos cafés, que passam a gostar do Sardoal e passam a ser, “clientes” do concelho e, isto também contribui para o desenvolvimento económico, a utilização da cultura como fator de desenvolvimento económico, além daquilo que é importante para o bem-estar da população. -----

Ira ter-se também um investimento curioso, denominado o triângulo de desenvolvimento empreendedor, que se encontra no relatório, que é no fundo o continuar daquilo que neste momento já está a ser feito, mas o aperfeiçoar, aprofundar e crescer. Este triângulo tem a ver com formação, que será feita pelo Instituto Politécnico de Tomar, com o Curso Técnico Superior Profissional de Produção Artística para a Conservação e Restauro, que se encontra a decorrer. Existe uma turma que está neste momento no segundo ano, no Centro Cultural e no antigo Lagar dos Paulinos, onde já começou e já existe o Espaço

Partilhado para as Artes e Ofícios, que é um espaço que a Autarquia quer que seja uma incubadora de empresas, empresas dos alunos deste Instituto Politécnico, do curso que se encontra a decorrer, mas que terminado esse curso, que é feito todo ele numa área, numa lógica de empreendedorismo, que eles depois possam ser empreendedores e possam criar a sua própria empresa, o seu próprio posto de trabalho. Claro que isto pressupõe investimento e a Câmara está a trabalhar nesta área, articulando com diversos parceiros, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empresário. Ainda há bem pouco tempo aconteceu uma sessão de esclarecimento sobre o micro crédito, mas existe também um aspeto muito importante, os alunos acabam a sua formação e o que se pretende é que haja um espaço de utilização comum, onde, estes alunos que constroem a sua empresa não necessitem, numa primeira fase, de investir em determinados equipamentos que sejam bastante caros, nomeadamente uma mufla, um forno, um conjunto de utensílios que podem ser partilhados por diferentes atividades e desta forma, não exige ao jovem empreendedor, que está no início da sua atividade, que faça esse investimento nessas matérias e depois outras áreas, que para o executivo têm tido muito sucesso. -----

O investimento na área social está a ser muito grande, foram aprovados recentemente, os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que pressupõem um investimento na ordem dos quatrocentos mil euros em atividades no âmbito social, distribuídos em três eixos, o primeiro, emprego, formação e qualificação, segundo eixo, intervenção familiar e parental preventiva da pobreza infantil e o terceiro eixo, capacitação da comunidade e das instituições. A ação da Câmara em termos de área social e em termos de plano de atividades, não é assim tão grande, como à partida poderia parecer que era importante porque tem-se neste momento outras e novas respostas no concelho que vêm em muito, substituir aquilo que tem sido o trabalho do município nesta área. Estes contratos nascem no seio do Conselho Local de Ação Social, em que foi escolhida uma entidade para ser a gestora dos mesmos, que é neste momento a Associação de Assistência e Domiciliária de Alcaravela, tinha de ser uma IPSS, também numa forma de se poder equilibrar o território, pois existe uma Santa Casa da Misericórdia, que tem uma área territorial e faz um excelente trabalho no concelho. O Centro de Dia de Alcaravela tem feito também um excelente trabalho, mas o Conselho Local de Ação Social entende que o Centro de Dia de Alcaravela tem capacidade, tem gente boa, que sabe fazer e sabe trabalhar e pode aceitar ainda mais este desafio e ir mais além do que são as respostas sociais que neste momento estão a fazer. -----

Referiu também a regeneração urbana, em que a Câmara está a definir e irá começar o trabalho brevemente com uma empresa, a Augusto Mateus Consultores, que irá prestar apoio naquilo que é a estratégia da Autarquia no Plano de Ação da Regeneração Urbana. Também os chamados PARUS, em que a Autarquia fez o que lhe competia numa primeira fase, definir a área de reabilitação urbana e depois, definir o Plano de Ação e Regeneração Urbana e, porque se tem a consciência de que não se sabe tudo e não se tem tempo para tudo, foi pedida ajuda a quem na verdade sabe fazer estas coisas bem-feitas e muito bem, que é o caso da empresa Augusto Mateus, que tem feito um bom trabalho em todo o país. -----

Também na área da Floresta tem-se neste momento uma candidatura a decorrer que ultrapassa em muito os 500 mil euros, também na área da Proteção da Floresta e que se acredita, venha a ser aprovada e com isto, continuar o bom trabalho que tem vindo a ser feito nesta área, que felizmente, nem sempre é reconhecido neste sentido, mas é verdade, a Câmara teve um excelente verão, em que os bombeiros trabalharam muito, mas para os concelhos vizinhos, para outros pontos do país, inclusivamente para Espanha. Poucas foram as intervenções que tiveram no concelho, aliás, há três semanas atrás, trabalharam mais no concelho, do que em todo o verão praticamente, porque houve umas queimadas que não correram muito bem e nas quais tiveram de intervir. -----

Referiu que se irá continuar todo o trabalho de apoio ao associativismo, na área da música, que é o caso da Filarmónica, da cultura, da formação, da educação, do desporto, em todas estas áreas. É o que a Autarquia pretende com este Plano de Atividades, com este orçamento, que tem um valor de 7 043 milhões de euros e que se acredita irá contribuir, mais aqueles que não estão, porque existem atividades que estão com orçamento por definir, aquelas que vêm com fundos comunitários e para as quais não foi especificada qual a comparticipação, mas sabe-se que será cerca de 85% e terá sempre o esforço do município de 15%, no caso dos Investimentos Territoriais, se bem que na área da eficiência energética há algumas situações que ainda não estão bem claras e este quadro comunitário também tem uma novidade, é que nem todos os financiamentos são a fundo perdido, há financiamentos que depois têm um retorno dentro daquilo que são os ganhos, que são as poupanças criadas com a eficiência energética, pelas poupanças criadas, pensa-se que possa vir a acontecer a devolução de uma percentagem das poupanças ganhas com estes investimentos nesta área. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo que depois desta explicação exaustiva do Senhor Presidente da Câmara, não deixa muito espaço para perguntas, mas ainda assim quer deixar

umas notas relacionadas com a política económica, nomeadamente o desenvolvimento económico do concelho porque, para as pessoas se fixarem no concelho, além de tudo o que já foi discutido e abordado aquando do ponto do PDM, há também a questão da criação de emprego e, está mais ou menos provado que o empreendedorismo, não é afinal a promessa que se dizia, porque a taxa de sucesso, infelizmente, acaba por ser bastante reduzida, mas ainda assim como é óbvio, é de apostar e é de dar a oportunidade às pessoas de experimentarem e tentarem. -----

Na análise que fez, na questão do desenvolvimento económico nomeadamente a possibilidade de criação de emprego, o investimento nessa área é consideravelmente reduzido, se se vir no PPI são dois por cento, cerca de 27 mil euros, nas atividades mais relevantes irá ficar-se nos quatro por cento, quarenta e três mil euros. Esta estratégia deixa a bancada do PS muito apreensiva e já o tem dito noutros mandatos, incomoda-o que o concelho seja mais um dormitório. É uma questão de opção e pessoalmente não optaria por essa situação, gostaria de um concelho economicamente mais ativo, e neste orçamento, como noutros, são estas as divergências que se tem, opções políticas que se têm, que são legítimas, na sua opinião falta esta componente que é de facto muito importante porque é algo que não se consegue num ano, nem em dois ou três, tem de ser de facto, uma política dirigida nesse sentido e, neste orçamento e em outros anteriores, de outros mandatos, continua a não verificar essa estratégia, ou pelo menos essa linha orientadora. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo não concordar com o Senhor deputado, contudo, nota que existe uma diferença nas suas palavras, pois não o diz, com a mesma facilidade com que já o disse em anos anteriores, tendo notado alguma dificuldade em arranjar os termos, os argumentos para definir aquilo que o deputado quer que sejam as suas ideias e isso, para si, tem algum sinal. -----

Referiu que os tais dois ou três por cento, que falou, é o que salta à vista e é evidente, que cria emprego, essa é a parte mais fácil, mas tudo o que referiu anteriormente tem desenvolvimento económico, tem criação de emprego por trás. O facto de se ter casa cheia e vir gente de fora, de muitos lados, ver um festival de jazz, faz com que, pelo menos os restaurantes do concelho, tenham animação económica durante esse período também. Aquilo que se faz, durante o que são as atividades da Autarquia, na área da educação, não se imagina a quantidade de crianças e jovens que frequentam a escola do Sardoal e que são de outros concelhos, não havendo absolutamente nada no documento que não vise o desenvolvimento económico. Como disse e muito bem, essas percentagens são diretas, tudo o resto é indireto mas, se bem reparou, vem no seguimento de tudo aquilo que já se falou no

segundo ponto da ordem de trabalhos, o plano de desenvolvimento estratégico, o Plano Diretor Municipal, o qual é fundamental, pedindo para que seja reconhecida justiça com o executivo, dizendo que algo mudou e que não foi assim tão pouco, bastando olhar para a zona industrial e para todo o trabalho feito e muito do trabalho e investimento que se está a fazer. Não é o executivo que vai colher estes frutos e o mal de muitas autarquias e muitos políticos é trabalharem para ciclos eleitorais, em que a sua área de intervenção visa só o ciclo eleitoral. O que se está a fazer é um trabalho profundo, é um trabalho de grande alcance mas que só vai ter os seus frutos daqui a muitos anos, politicamente não será este executivo a colher os frutos, tem a certeza absoluta, mas é muito fácil todos olharem para o cimo de uma escada, olhar e gostar de ali chegar, mas para se chegar ao cimo da escada tem de se subir degrau a degrau e, é esse trabalho que se está a fazer, subir degrau a degrau, lentamente, a um ritmo próprio, de acordo com as capacidades do executivo, sem aventuras e, acredita que se chegará ao cimo das escadas. -----

Referiu ainda não concordar em nada com o que o Senhor deputado disse em relação ao empreendedorismo, pois este é um conceito que alguém, agora se lembrou de chamar, dando o exemplo de quatro jovens empreendedores, Nabeiro, Salvador Caetano, Soares dos Santos e Belmiro de Azevedo, que são empreendedores com grande sucesso em Portugal e não foi preciso existir uma palavra chamada empreendedorismo, que a moda criou, para que se tivesse sempre bons empreendedores. Este conceito tem muitos anos, mas ninguém sabia o nome. -----

Considerando o nro. 2, do artigo 27º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar as Grandes Opções do Plano e de Orçamento, com 12 (doze) votos a favor da bancada parlamentar do PSD, 4 (quatro) votos contra da bancada parlamentar do PS e 3 (três) votos de abstenção da bancada parlamentar do GIS.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

7. Mapa de Pessoal para 2016;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo não haver alterações em relação ao que existe neste momento no município. -----

Considerando a alínea o) do nro.1, do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar o Mapa de Pessoal 2016, com 12 (doze) votos a

favor da bancada parlamentar do PSD e 7 (sete) votos de abstenção das bancadas parlamentares do PS e do GIS.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

8. 3ª Revisão Orçamental e das Grandes Opções do Plano;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ser um documento com uma grande carga técnica e que tem também opções políticas e o que se verifica é alterar o que não teve execução nas Grandes Opções do Plano, nas Atividades Mais Relevantes e no PPI e com isso também adequar o orçamento àquilo que é a realidade atual do município. -----

Considerando a alínea a) do nro.1, do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar a 3ª Revisão Orçamental e 3ª Revisão às Grandes Opções do Plano, com 12 (doze) votos a favor da bancada parlamentar do PSD e 7 (sete) votos de abstenção das bancadas parlamentares do PS e do GIS.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

9. Proposta para o Modelo de Organização Interna;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o que se propõe, já fruto do trabalho da empresa SmartVision, no âmbito da Modernização Administrativa que se está a desenvolver no concelho, é uma alteração ao modelo de organização interna que se verifica neste momento, em que existem duas unidades orgânicas, passando para três, neste momento tem-se também oito subunidades orgânicas, propondo-se que a Assembleia autorize a criação até sete unidades orgânicas e que fixe em duas equipas de projeto, que já estava. A alteração é o aumento de uma unidade orgânica, sendo que as unidades orgânicas flexíveis, são as divisões que são chefiadas pelos chefes de divisão, sendo certo que, ao se criar a terceira unidade orgânica e tendo em atenção a tipologia do município, a mesma não será chefiada por um chefe de divisão, mas sim, por um técnico superior e depois as sete unidades orgânicas que são chefiadas pelos coordenadores. -----

Considerando o estipulado no decreto-lei nro. 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar o Modelo de Organização Interna, com 12 (doze) votos a favor

da bancada parlamentar do PSD e 7 (sete) votos de abstenção das bancadas parlamentares do PS e do GIS.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

10. Empréstimo a curto prazo a contratar em 2016;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que este empréstimo é um exemplo daquilo que se fez no ano passado com um valor de duzentos mil euros, tendo sido utilizados 160 mil e o que se propõe é contrair um empréstimo de um ano, que não dispensa o visto do Tribunal de Contas e, com o novo Quadro Comunitário, com as candidaturas, com a abertura dos avisos e com a execução que se quer se tenha no próximo ano, é fundamental, dando o exemplo dos constrangimentos havidos com a loja do cidadão, que obrigou a que se tivesse algum rigor na gestão, porque na verdade, os fundos comunitários pagam 85% mas é contra fatura paga, primeiro a Câmara paga e depois o dinheiro é devolvido e como se pode imaginar, um município como o Sardoal, poderá causar e causa certamente alguns problemas de tesouraria e é isto que se quer evitar com este empréstimo, porque por vezes espera-se entre 15 dias ou um mês, entre o prazo em que a Câmara paga a fatura e o gestor do programa financeiro dos fundos comunitários faça a devolução. -----

Informou ter sido consultado o mercado e a melhor proposta para o município foi a do Banco Santander Totta, de Abrantes. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo que de facto a melhor proposta foi a do banco referido pelo Senhor Presidente, existindo no entanto uma questão que tem de ser analisada, nomeadamente no corpo do texto é referido a euribor a seis meses mais 1% de spread e, na pré aprovação o check list, enviam a euribor a 12 meses mais 1% de spread, o que faz toda a diferença, independentemente de não ter comissões, convém aferir esta situação com o banco, porque são coisas distintas. Por outro lado arriscaria dizer que a Caixa Geral de Depósitos, que em princípio, deve ser o principal banco do Sardoal, não conseguir dar cotação de segunda para sexta, das duas uma, ou estão pouco céleres ou então a Câmara terá de dar mais uns dias ao banco, tendo ficado com a ideia que foi o único banco que não deu resposta. Seria importante verificar essa situação, uma pelo banco Santander, pela operação que foi ganha e a segunda, porque o principal banco, o banco onde está a tesouraria, os salários, seguros etc., concentrados, tem de responder e tem certamente os melhores

preços para dar. -----

O Senhor Presidente referiu lamentar que a Caixa não tenha dado resposta pois é realmente o principal banco da praça, há bem pouco tempo, surgiu uma notícia na comunicação social em que a Caixa Geral de Depósitos não estaria em nada interessada em trabalhar com os municípios, o que lamenta profundamente. Relativamente ao outro assunto, são questões técnicas que terá de fazer chegar ao chefe de divisão, para se perceber, mas julga que não altera as questões. -----

O Senhor deputado Miguel Alves referiu estar convencido que o que está certo e a pré aprovação, e que, o bancário que respondeu ter-se-á enganado, em vez de ter respondido a doze respondeu a seis, mas convém esclarecer a situação. -----

Considerando a alínea f) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar a proposta de contratação de empréstimo, com 12 (doze) votos a favor da bancada parlamentar do PSD e 7 (sete) votos de abstenção das bancadas parlamentares do PS e do GIS.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

11. Informação sobre a situação Económica e Financeira Semestral – 2015;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ser a informação que o revisor oficial de contas tem para apresentar sobre os primeiros seis meses do município, mostrando-se disponível pra esclarecer qualquer questão que se entenda necessária. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, chamando a atenção para os primeiros mapas denominados de demonstração de resultados, são de facto um balanço, querendo assim fazer essa correção, pois são dois documentos completamente distintos. -----

Considerando a alínea d) do n.º 2 do artigo 77º, da Lei n.º.73/2013, de 3 de setembro e, o disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento da informação sobre a situação económica e financeira semestral da Autarquia, remetida pelo auditor externo. -----

12. Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que em 2014 foram assinados os acordos de execução com as diferentes Juntas de Freguesia sendo que em nenhuma das cláusulas estaria

indicado o montante financeiro que estaria de acordo com os Acordos de Execução e que seria definido anualmente sob proposta da Câmara em Assembleia Municipal. Os valores são os mesmos do ano anterior e a distribuição também. -----

Considerando o artigo 133º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar os Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia. ----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

13. Compromissos plurianuais;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara informando que se trata da simples gestão do dia-a-dia do município, não havendo nada de extraordinário. -----

Considerando a alínea b) do nro. 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei nro. 197/99, a Assembleia Municipal de Sardoal tomou conhecimento da lista dos compromissos plurianuais assumidos entre 16 de setembro e 10 de dezembro de 2015. -----

Período de Intervenção do Público

Tomou a palavra o munícipe, Senhor Rui Valente, residente na freguesia de Valhascos, referindo que numa outra intervenção que fez, na Assembleia Municipal que decorreu em Valhascos, colocou ao Senhor Presidente uma questão relacionada com a segurança rodoviária naquela aldeia, querendo saber se é possível ter uma resposta da Câmara Municipal no sentido de intervir e fazer umas lombas, ligeiras ou altas, para minimizar os riscos que aquela população corre, por parte dos condutores mais distraídos.-----

Continuou, dizendo que a questão a colocar está relacionada com um anteprojecto que apresentou na Assembleia de Freguesia de Valhascos, sobre a Rua da Santa, a qual tem este nome, por ter uma santa num edifício, em ruínas e é muito perigoso, podendo verificar-se pela fotografia que entregou ao Senhor Presidente e, o que o preocupa além da segurança das pessoas é também a segurança da Santa, porque é católico e os santos dizem-lhe algo. Sabe que o Senhor Presidente é um grande defensor do património do município e, na sua opinião, não irá deixar que aquele painel caia.-----

O munícipe apelou assim à consciência do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Junta que também está presente, porque o projeto que apresentou na assembleia de freguesia tinha a ver com os terrenos em frente, que eram prédios urbanos e já não são há muito tempo, neste momento

é um espaço que praticamente não tem dono e se se verificar na conservatória, esse espaço está inscrito noutra propriedade, mas que seria possível, com um bocadinho de vontade junto dos proprietários, rever esse espaço. O projeto que apresentou era no sentido de se fazer um pequeno parque, empedrado, com uma árvore ou um banco, numa zona que é de passagem, aproveitando-se aquela imagem que está em frente. Este é o desejo que apresenta sabendo que da parte do executivo será dada atenção ao assunto. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que a Autarquia é sensível a estas questões do património, a imagem referida tem uma história, tem alguma beleza e de certeza para os valhasquenses, tem uma beleza, uma história, uma tradição ainda maior, porque muitos habituaram-se a passar por aquele local e ver a imagem, é claro que também se está a falar de domínio privado e, claro que em articulação com a junta, tendo o município feito muito bem em ter apresentado o projeto à junta de freguesia, irá tentar falar-se com o proprietário, perceber o que pretende fazer, eventualmente se calhar nunca ninguém falou com ele e ele nem se importe que se tire a imagem e que a mesma seja preservada. -----

Sobre a segurança do edifício, informou que a Câmara tem estado a fazer o levantamento dos pontos críticos e, relativamente a alguns, já se chegou a conversar com os proprietários para que possam fazer as suas obras e reabilitar os seus edifícios e, foi para isto também, que em algumas situações foi definida a ARU, não sendo o caso em Valhascos, mas a Autarquia quer alargar esses incentivos para estas áreas. Aqueles que estão verdadeiramente em risco ou a pôr em perigo alguém, esses obrigam a uma intervenção rápida e, se for caso disso, também não seria a primeira vez que neste mandato, a Câmara tomou a posse administrativa de um prédio, interveio e posteriormente imputou as custas ao proprietário, porque ele não teve capacidade, não quis ou não conseguiu fazer. No limite, é isto que a Autarquia faz. -----

A questão rodoviária, também em sede de Comissão Municipal de Trânsito, esses assuntos são tratados e abordados, sendo certo que à partida há logo um incumprimento das regras de trânsito, o qual tem de ser acompanhado por intervenção, neste caso, da GNR, que deve fazer a sua fiscalização de proximidade, para evitar que estas situações aconteçam. É claro que a seguir vêm essas situações que nem sempre as pessoas gostam, principalmente quando se está em zonas residenciais, essas lombas para quem mora perto, não são a melhor solução, mas a Comissão Municipal de Trânsito tem de analisar, tem estado a analisar e este assunto como bem disse, já foi objeto de conversa. -----

Também se está a tentar e ainda há bem pouco tempo, foram dadas instruções aos serviços para estarem atentos, até já se tem orçamento para situações como por exemplo os semáforos de proximidade, é um investimento avultado e a Câmara está atenta para que, com a maior brevidade possível, se houver um financiamento comunitário, já tem as coisas preparadas se candidatar, até lá tem de se procurar outras soluções e também é responsabilidade da Autarquia pedir à GNR que fiscalize ou que acompanhe com uma maior proximidade estes sítios mais críticos que existem no concelho. -----

O munícipe referiu ainda que apesar de ter sido construído por um privado, passados os anos e a história que tem para a população dos Valhascos, não sabe se agora não será de interesse publico.-----

O Senhor Presidente respondeu haver situações que o município pode classificar de interesse municipal e aí, tal como aconteceu com a Casa Grande, que é de interesse público, há um conjunto de restrições que têm de ser feitas, mas são situações que têm de ser analisadas. Também se pode pedir ao Serviço de Arte e Restauro, dado que a Câmara tem um técnico superior nesta área, que analise e veja a data desta imagem, para que depois se possa analisar o assunto. -----

Tomou a palavra o munícipe Senhor Amável Casola dizendo que a Câmara Municipal arranjou um aterro na zona industrial, que é uma lixeira e onde várias pessoas vão depositar vários inertes, lixo, descargas de obras, tendo sido surpreendido há dias com a colocação de um portão, pela Câmara, para que fosse só da Câmara, mas a seguir arranjou meia dúzia de chaves e deu a várias pessoas para que possam ir descarregar entulho e, gostaria de ser uma dessas pessoas, com algum privilégio para ter uma chave e também poder fazer descargas. -----

Disse também que há uns tempos atrás fez uma intervenção num caminho com uma máquina para arrancar umas raízes e ficar mais fácil a passagem dos automóveis no caminho e por desconhecimento não pediu autorização à Câmara para arrancar as raízes dos pinheiros do caminho, falou com o Senhor Vice Presidente, que lhe disse iria fazer seguir um processo para Tribunal, para que aquilo não desse chatices à Câmara, tendo posteriormente recebido uma carta a dizer que o processo tinha sido arquivado, que não havia quaisquer danos. Entretanto a Câmara reabre o processo e pediu-lhe a quantia de mil trezentos e cinquenta euros, para arranjar o caminho e, o que quer saber é se esses mil trezentos e cinquenta euros são para tirar três ou quatro lombas que estão no caminho e mais algumas raízes que lá ficaram ou se será para fazer algum beberete no fim do ano. -----

Continuou o munícipe, questionando se por estar a arranjar um caminho tem de ser condenado a pagar mil trezentos e cinquenta euros e aquelas pessoas com as máquinas a tirar madeiras das propriedades, que estragam os caminhos todos, que deixam tudo entupido, a quem é que compete arranjar os caminhos, limpá-los para as pessoas passarem, se são os proprietários se é quem lá passa ou a Câmara Municipal. -----

Continuou o munícipe dizendo que existe um caminho em Valhascos, que ao seguir-se o mesmo, dantes ia ter-se à estrada que vai para a Cabeça das Mós, de há uns três ou quatro anos a esta parte, um senhor das Lercas, cortou o caminho, querendo saber se já foi levantada alguma questão dessas na Câmara Municipal, se vão fazer abrir o caminho ou não, porque o caminho tinha uma extensão com três quilómetros, no qual passavam muitas pessoas. Uns retiram e ninguém lhe diz nada, outros arranjam e querem-lhes pedir. Na sua opinião não é correto. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo não ser uma postura agradável, o munícipe ter dito o que disse, da forma como disse, exigindo que o munícipe dissesse quem eram as pessoas a ter a chave do portão e para o munícipe verificar se realmente o que disse é verdade, para não vir a ter outro processo, por parte dessas pessoas, porque a Câmara Municipal não deu a chave a ninguém. Este assunto da suposta lixeira, que não é nenhuma lixeira, já foi abordado em Assembleia Municipal, era um depósito transitório e o que a Câmara se comprometeu, foi vedar o recinto e colocar um portão e assim está. As únicas pessoas que têm a chave com o consentimento da Autarquia são funcionários do município para colocar as coisas do município, mais ninguém e, pensa que todos os que ali estão sentados exigem que o munícipe faça chegar informação sobre quem é que tem a chave e depois irá tentar perceber-se como é que essas chaves chegaram às mãos das pessoas. -----

O que a Câmara tem é um espaço, de acordo com o Regulamento dos Resíduos, que é um depósito de entulhos e quando as pessoas precisam de depositar entulhos de obras que não precisam de licenciamento, avisam a Câmara para que o possam fazer. -----

Relativamente ao caminho, tem uma certa dificuldade em falar sobre o mesmo, assim como a questão da indemnização, porque, a Câmara foi informada de que alguém tinha danificado um caminho público, e a Câmara tem a responsabilidade de agir perante uma situação dessas e, depois de se saber quem tinha sido a pessoa a fazer essa intervenção, falou-se com o munícipe tendo sido sugerido que fizesse a reposição do caminho e isso não foi feito tendo o munícipe dito que não faria. Numa primeira situação a Câmara acionou uma ação e o munícipe em tribunal referiu nunca ter equacionado que o caminho

tivesse ficado pior do que o que estava, sendo que depois da intervenção o caminho ficou bom, mas derivado à chuva, ficou ainda pior. Afirmou estar disponível para proceder à minimização dos danos causados no caminho, nos locais onde o responsável da Câmara Municipal indicasse. -----

O que é facto é que o munícipe nada fez e quando assim é, a Câmara tem de seguir aquilo a que a Lei obriga as Autarquias. O Senhor Presidente disse ainda que na sua própria casa, faz o que lhe apetece porque é seu, mas, na Câmara, tem responsabilidades, pois é guardião daquilo que é público e tem de zelar até ao limite pelo bem público e, se alguém danifica o que é um bem público, como Presidente de Câmara, tem de ir até às últimas consequências e exigir que esse bem público danificado seja repostos. E como o munícipe diz e muito bem, não repôs, como disse na Comarca de Santarém que o faria, de acordo com o que está escrito no documento do Tribunal, com o qual o Senhor Presidente se fez acompanhar, é obrigação da Câmara dar o passo seguinte e foi o que se fez. O assunto agora é com a justiça, tendo o munícipe todo o direito de reclamar, tem todo o direito de achar que não tem de repor, mas isso é um assunto que terá de resolver no Tribunal e com os advogados de ambas as partes, sendo um assunto que ultrapassa a Autarquia. -----

Relativamente à questão do outro caminho, estranhamente o munícipe já esteve em outras Assembleias Municipais e nunca falou sobre o assunto que já tinha sido feito há mais de 4 ou 5 anos e só agora se recordou dele, sendo verdade que sobre as coisas das quais não se tem conhecimento ou só se tem agora, não se pôde intervir antes, a mesma coisa acontece em relação aos madeireiros, é um flagelo que se tem no concelho, quando se sabe quem é, faz-se denúncia à GNR e o processo vai para a frente. O que é notícia é que aquele caminho está para arranjar, ou que alguém danificou o mesmo e a Câmara não sabe quem foi. A notícia não é sobre o caminho que foi recuperado e arranjado porque a Câmara interveio junto da GNR e obrigou o madeireiro que andou naquele caminho a repor a situação, inclusivamente na semana anterior aconteceu uma situação destas. -----

Para estas situações, em que a Câmara não tem conhecimento, disse o Senhor Presidente que se contava com os presentes para prestar esse tipo de informações, porque os bens públicos são de todos e, o que lamenta é que só fale do assunto 4 ou 5 anos depois, porque se fosse na hora, a Câmara teria agido de imediato, contudo a Autarquia irá tentar perceber o que se está a passar e irá agir como age com todos os municípios, pois é sua obrigação. -----

Voltou a referir que a Câmara tem obrigação de zelar pelos bens públicos que os sardoalenses deixaram à sua guarda. -----

Tomou a palavra o munícipe, Senhor Ramiro Neto, agradecendo a forma lúcida e simples como o Senhor Presidente apresentou todos os pontos que faziam parte da Ordem de Trabalhos. -----
Referiu-se também ao PDM, em que na sua opinião as Juntas de Freguesia e referindo principalmente à de Valhascos, que na sua opinião tem um papel importante e o Presidente da Junta terá de fazer um esforço perante a população em esclarecer exatamente o que é que está em discussão, para que de facto não surja tal situação, de que as pessoas não venham reclamar posteriormente, porque se não houver elucidação daquilo que se pode e, o Presidente ou os membros da junta estarem documentados, para dizer até onde é que as pessoas podem ir. O presidente da junta terá de fazer, uma, das ou três assembleias para que os valhasquenses não possam dizer que tiveram falta de informação.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que salvo as devidas proporções e as distâncias, já tinha dito que o transporte a pedido tem sucesso, é mesmo o concelho onde mais sucesso tem e isso deve-se porque a Autarquia “correu” todas freguesias, lugares, a explicar às pessoas o que era o conceito de transporte a pedido. A dimensão do concelho e aquilo que a Câmara acha que são boas políticas de proximidade permite fazer este tipo de ações e irá ser feito também a nível de PDM, indo aos diferentes locais, às freguesias, às associações, criar espaços para apresentar o conceito que se tem, as ideias que se tem e recolher contributos também. Será feito com todo o gosto, porque desta discussão, desta análise, desta partilha é que irá nascer um bom PDM, um PDM de todos. -----

O Senhor Presidente da Mesa aproveitou para desejar a todos umas boas festas e um bom ano de 2016. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e três horas, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____